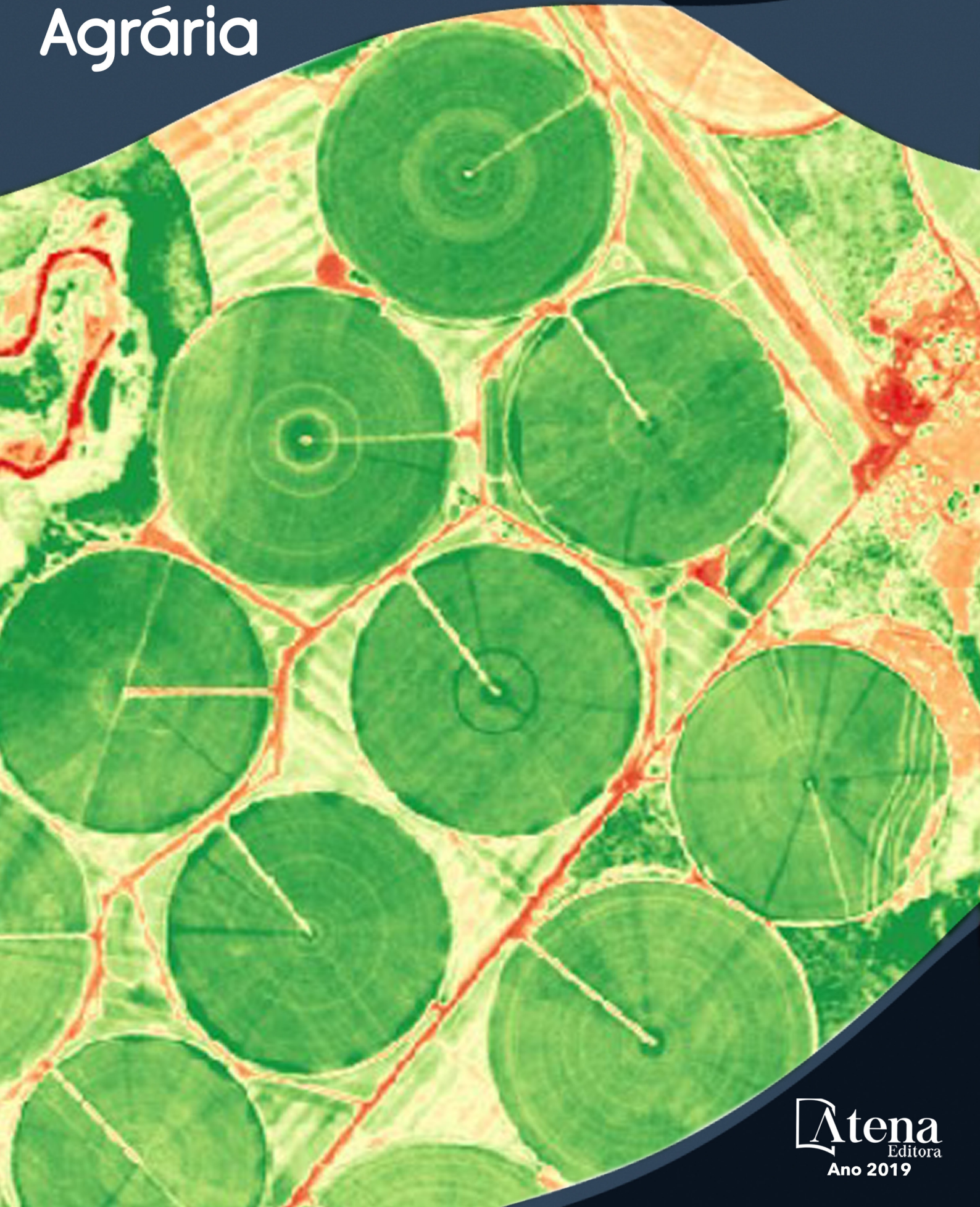


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506  1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.  CDD 630.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

*longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie".* Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>129</b>
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>164</b>



## “PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO

### Luísa Duque Belfort de Oliveira

Advogada popular, especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia

### Mariana Vidal Maia Monteiro

Advogada popular, especialista em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás

**RESUMO:** O presente trabalho busca analisar de que forma o conflito territorial e socioambiental travado no litoral sul de Pernambuco entre o Complexo Industrial e Portuário de Suape e as comunidades camponesas locais se insere no bojo de uma teia de discursos que impõem a ideia de desenvolvimento e progresso como algo linear e inexorável, cuja referência eurocêntrica aniquila culturas, conhecimentos e modos de vida que se distanciem desse modelo homogeneizador. Busca demonstrar como as comunidades de pescadores e agricultores afetadas pelo Complexo vêm tendo seus direitos sistematicamente violados, em um contexto de inferiorização e vulnerabilização, em que seus códigos e critérios são suplantados sob o discurso do progresso e do desenvolvimento econômico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Progresso, Colonialidade, Comunidades Camponesas, Encobrimento.

### “PROGRESS” AND SOCIO-ENVIRONMENTAL

### CONFLICT: THE CASE OF SUAPE IN THE SOUTH COAST OF PERNAMBUCO

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze in what form the territorial and socio-environmental dispute, taken place in the southern coast of Pernambuco, between Suape's Industrial Port Complex and local peasant communities, places itself amidst a web of discourses that establish the idea of progress and development as something linear and inexorable, whose Eurocentric reference annihilates cultures, knowledge and lifestyles that distance themselves from this homogenizing model.

**KEY-WORDS:** Progress, Coloniality, Peasant Communities, Concealment

### 1 | INTRODUÇÃO

O período de industrialização do Brasil contou com um forte processo de desruralização da sociedade e a gradativa formação de um exército de reserva industrial. O homem e a mulher do campo seguiam invisíveis aos olhos do Estado, ou, ainda, como um estorvo para os planos estatais de modernização, cujo conceito, importado da Europa, apontava para um processo de urbanização e industrialização em grande escala. Os países europeus, segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 3) experimentavam à

época “o ápice de um progresso civilizatório que se acreditara uni-versal, assim mesmo uni-versal, ou seja, uma versão que se quer única do devir societário/civilizatório”.

Apartir da década de 1970, com a Revolução Verde chegando ao Brasil, o processo de modernização alcançou o mundo rural. Intensificaram-se as transformações estruturais operadas pelo capitalismo no campo, o que acarretou impactos decisivos sobre a forma tradicional com que famílias camponesas se relacionavam com a terra. A cada vez maior concentração fundiária para transformar os antigos territórios camponeses em espaço de reprodução do capital resultou em uma desterritorialização em massa e uma imensa gama de trabalhadores do campo desprovidos de chão, que incharam e continuam a inchar as periferias das cidades, como reserva de mão-de-obra para os detentores dos meios de produção.

Essa ideia de progresso, modernização e desenvolvimento imposta do centro à periferia mundial se tornou o horizonte norteador das políticas públicas dos países da América Latina ao longo da história. No Brasil, uma dessas políticas foi a criação da empresa pública Complexo Industrial Portuário de Suape (doravante “CIPS”, “Complexo” ou “Suape”).

Considerada a “redenção” e a locomotiva econômica do estado de Pernambuco e do País, a empresa pública foi criada no final da década de 70, mas sua implementação, enquanto um complexo industrial e portuário, só se deu a partir de meados dos anos 2000, com a modernização e ampliação do Porto de Suape. “Suape”, que significa “caminho sinuoso” em tupi, era o nome que os índios Caetés, que habitavam originariamente a área, davam à região, em alusão às características geomorfológicas e à presença de rios que se entrecortavam (SUAPE, 2017).

A instalação de Suape na paisagem paradisíaca do litoral sul do estado de Pernambuco, mais especificamente na região costeira dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, tem gerado um grande conflito socioambiental envolvendo as comunidades nativas que há gerações ocupavam a área. As drásticas transformações empreendidas na região repercutiram e continuam a repercutir gravemente sobre o meio ambiente e sobre os modos de vida tradicionais das comunidades locais.

Pretende-se, neste trabalho, analisar de que forma a criação, a implementação, a modernização e o atual apogeu de Suape, enquanto um megaempreendimento público, dialoga com os fenômenos do nacional-desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo e com o conceito de “progresso”. Objetiva-se, também, a partir dessa análise e da descrição do conflito presente na região, compreender os códigos sob os quais se alicerçam o seu *modus operandi*, em particular no que se refere ao trato com o meio ambiente e com as populações locais.

No que concerne à metodologia de pesquisa utilizada para a elaboração do presente artigo, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e de documentos públicos relativos ao conflito fundiário travado entre a empresa pública e as comunidades locais afetadas. Contribuiu também para o resultado deste trabalho a experiência das autoras na assessoria jurídica popular como integrantes do Fórum Suape – Espaço

Socioambiental, entidade que atua junto às comunidades impactadas, fomentando a sua organização política a fim de fortalecê-las na luta por direitos. Estão presentes neste artigo, portanto, as impressões e informações geradas a partir dos constantes encontros com as comunidades rurais residentes no território impactado pelo CIPS. Quanto ao método empregado, utilizou-se o dedutivo, que consiste no estudo genérico sobre o assunto, com objetivo de encontrar uma resposta específica para o caso de Suape.

## 2 | AS BASES DA IDEOLOGIA DO “PROGRESSO”: O ENCOBRIMENTO DO OUTRO

A adesão à “corrida pelo progresso” necessitava de um componente ideológico. A fim de se consolidar como hegemonia, os países considerados desenvolvidos incutiram nos países emergentes o dualismo subdesenvolvimento/desenvolvimento e países periféricos/países centrais, como uma forma de apontar o que seriam, respectivamente, situações negativas a serem superadas e situações ideais. Ao tempo em que se criava a figura do subdesenvolvimento, relacionada à ideia de atraso e negatividade, apontava-se a receita para sair dessa situação, para “progredir”. A receita envolvia a dependência dos países considerados periféricos em relação aos países centrais. Nesse sentido, países considerados subdesenvolvidos precisariam recorrer ao capital estrangeiro para “vencer” na corrida do desenvolvimentismo.

Percebe-se, portanto, que tanto a ideia de desenvolvimento quanto a de progresso inserem-se em um plano no qual o mesmo grupo econômico cria o “problema” (no caso, o subdesenvolvimento), aponta a solução de “redenção” (superar o subdesenvolvimento, atingir o progresso) e impõe os meios para tal (produção de *commodities* / endividamento externo).

Porto-Gonçalves (2015, p. 5) aponta que, em verdade, a criação da dualidade subdesenvolvimento/desenvolvimento e países periféricos/países centrais não é algo superável, uma vez que é a base do sistema colonizador dos segundos em relação aos primeiros. Para os países centrais, reforçado pelo Banco Mundial, seria imperioso criar essa dualidade não apenas para marcar “o outro” como inferior, mas também para legitimar o oferecimento de soluções forjadas para superar essa suposta inferioridade. É nesse sentido, portanto, que se torna importante enfatizar que o prefixo “sub-” foi algo criado pelos países centrais, elegendo como referência o modelo eurocêntrico, como uma forma de inserir “os outros” em um círculo intransponível de colonização. Nesse sentido,

o subdesenvolvimento não é um estágio que se supera, mas um polo necessário do processo de desenvolvimento do sistema mundo capitalista, que se reproduz reproduzindo essa estrutura centro-periférica, o desenvolvimento-subdesenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 5).

Sobre o destacamento do “outro”, como primeiro passo para o seu encobrimento

e invisibilização, percebe-se se tratar de uma característica do pensamento moderno. Enrique Dussel, em sua obra “1492 – O encobrimento do outro”, afirma que a modernidade é um fenômeno europeu, mas em relação dialética com o não-europeu, que surge quando a Europa se afirma enquanto “centro” de uma História Mundial que ela inaugura, a partir do momento em que se defronta com o seu “outro”, controlando-o, violentando-o, encobrindo-o (DUSSEL, 1993, pp. 7-8). A modernidade nasce, portanto, sob uma noção dualista e excludente, homogeneizando e aniquilando a diversidade, sendo certo que as bases materiais que dão sustentação a esse modelo de modernidade ainda não foram superadas (MONTEIRO, 2017).

A realidade dos países considerados subdesenvolvidos é, portanto, desprezada e anulada para se amoldar às diretrizes impostas pelos países considerados desenvolvidos. Esse ideário e todos os elementos ideológicos presentes nele são, por sua vez, absorvidos pelos países considerados subdesenvolvidos e reproduzidos internamente contra seus estratos sociais minoritários.

### **3 | SUAPE NO CONTEXTO DE BUSCA PELO “PROGRESSO”: DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO NEODESENVOLVIMENTISMO**

Segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 5), a partir da década de 50, já assimilados os valores da era da industrialização e sob influência do discurso do Banco Mundial de se levar o desenvolvimento aos países periféricos, o Brasil passou a incorporar uma agenda nacional-desenvolvimentista. Nesse momento, o discurso dos países centrais em relação aos periféricos não era mais o de civilizá-los, mas o de desenvolvê-los (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 5). Esse discurso se materializava na injeção de grandes recursos no processo de modernização dos países considerados mais pobres.

Como não existia à época uma burguesia forte o suficiente para lidar com a burguesia dos países considerados centrais e para empreender o progresso internamente, quem manteve-se à frente do processo de busca pelo tão almejado desenvolvimento nos países considerados subdesenvolvidos foi o Estado. Coube a este, portanto, o papel de indutor do crescimento econômico (MOTA, 2012), visando à reprodução do capital por meio da modernização dos diversos setores, como uma forma de o mercado interno passar a ser o motor do crescimento. Esse modelo pressupunha a intervenção do Estado no planejamento, na indução e no financiamento das atividades para que o processo de industrialização e modernização se efetivasse (MOTA, 2012).

Nesse contexto foi criado, em 1952, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (antigo BNDES, o “S” de social seria adicionado em 1982), autarquia federal e, posteriormente, empresa pública, incumbida de formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico (BNDES, 2017). O BNDES desempenhou um papel fundamental em todos os momentos da história econômica brasileira desde

a industrialização, iniciada no governo de Getúlio Vargas. Nesse primeiro momento, observou-se uma tendência à valorização da economia nacional protagonizada pelo Estado, embora a presença de capitais norte-americanos tenha dado o pontapé no processo de crescimento industrial. O BNDES tem um papel histórico no “financiamento do desenvolvimento”(VEGA; RODRIGUEZ, 2015).

O Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) adotou uma política econômica que valorizou tanto a presença do Estado na economia (vide a criação da SUDENE) e o fortalecimento da indústria nacional como a entrada de capitais e de indústrias estrangeiras no país. Essa postura seria observada também durante o período da ditadura.

Suape vem se inserir nessa dinâmica relacionada à incessante busca pelo progresso sob as rédeas do Estado na década de 70. Criada em 1978 por meio da Lei Estadual n.º 7.763, ainda dentro do contexto nacional-desenvolvimentista, a empresa surgiu em um momento de consolidação dos países periféricos como produtores e exportadores de *commodities* por meio de uma agricultura que se modernizava e que dependia da expansão dos meios de transporte. Para tornar os preços das *commodities* competitivos no mercado internacional, foi necessário investir na diminuição dos custos de deslocamento. É dessa forma que a construção de estradas, hidrovias e portos, segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 16), se tornou uma grande obsessão.

O apelo ao crédito externo para promoção do “progresso” interno contribuiu para o início da crise da dívida externa no Brasil e nos demais países “em desenvolvimento”. Percebe-se também um retraimento do Estado enquanto provedor dos meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores (MOTA, 2012).

Crises no capitalismo são momentos de intenso rearranjo. Nesse sentido é que a crise da dívida externa dos países “em desenvolvimento” foi fundamental para uma oportuna reestruturação do capitalismo (HARVEY, 2011, p. 197), dirigida por uma ofensiva neoliberal. A era neoliberal foi marcada pela financeirização da economia, mercantilização dos bens naturais e o aumento da precarização da vida da maior parte da população. No Brasil, esse momento foi representado pelos governos de Itamar Franco (1992-1995) e, especialmente, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela política de privatização em massa de empresas públicas, inclusive as que prestavam serviços públicos essenciais, como as empresas de telefonia. Além das privatizações, o Programa “Brasil em Ação”, também criado nesse período, prometia induzir a modernização por meio de investimentos produtivos a partir de parcerias público-privadas (ROUGEMONT; PÉREZ, 2013, p. 408). Para completar, as empresas multinacionais estabelecidas ou que tinham planos de se estabelecer no País passaram a receber financiamento do BNDES sob as mesmas condições que as empresas nacionais, o que estimulou a entrada maciça de capitais estrangeiros (VEGA; RODRIGUEZ, 2015, p. 94).

Apesar de ter sido criada no contexto do frenesi desenvolvimentista, as primeiras atividades do Porto de Suape dataram do ano de 1983 e se limitaram a operações

portuárias relacionadas com a movimentação de álcool pela Petrobrás. A crise da dívida externa, que já se desenhava à época, somada ao retraimento do Estado, aparentemente dificultou a canalização de maiores investimentos para a empresa pública nesse primeiro momento.

A política de inserção num mundo cada vez mais financeira e comercialmente conectado guiou o País a atender às diretrizes internacionais para conseguir novamente crédito externo. Internamente, o momento foi marcado pela diminuição dos investimentos públicos (MENDES, 2015). As diretrizes internacionais, ditadas pelos países considerados centrais, exigiam que países periféricos e privilegiados com a fartura de recursos naturais reocupasse o posto de produtores de *commodities*.

Percebe-se, então, uma rápida “reprimarização” da economia (VEGA; RODRIGUEZ, 2015, pp. 94/95). Essa política de produção e exportação, alicerçada nessa ideia de vantagem do Brasil, legitimou uma ofensiva extremamente agressiva sobre os bens naturais, bem como sobre os territórios de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e pequenos agricultores.

Girando em torno da política de produção de *commodities*, encontravam-se os investimentos para grandes obras de infraestrutura de deslocamento, para viabilizar o escoamento dos produtos. Nesse sentido, investiu-se fortemente em estradas, portos, ferrovias e hidrovias (MOTTA, 2000). O Porto de Suape - e somente o porto por enquanto – continuava, portanto, a ser um elemento estratégico nesse novo ordenamento da economia.

Apartir de meados dos anos 2000, percebe-se o surgimento de um outro processo, dessa vez encabeçado por governos de centro-esquerda. Os Estados Nacionais periféricos latinoamericanos voltam, portanto, a protagonizar as suas respectivas políticas econômicas internas e intensificam seu papel como articuladores do padrão de acumulação de capital no País.

Tratou-se de uma forma de aperfeiçoamento do neoliberalismo, diminuindo as tensões sociais provenientes de um modelo econômico que se voltou muito mais à gestão da reprodução do capital do que para as questões sociais (PÉREZ; GONÇALVES, 2012). Para amenizar a situação, foram implementadas uma série de políticas de auxílios sociais e de redistribuição de renda. Segundo Mota (2012), para combater a crise do neoliberalismo, esses Estados embarcam no social-liberalismo e no neodesenvolvimentismo, reposicionando a questão social como uma política de Estado.

O Estado volta, assim, a ser o indutor não só do crescimento econômico, mas da ampliação de emprego, partindo dos seguintes pressupostos: 1) o enfrentamento da crise deve se dar com o crescimento econômico mediado e conduzido pelo Estado; 2) é o crescimento econômico quem levará, inevitavelmente, ao desenvolvimento social (MOTA, 2012). A fórmula a ser seguida envolvia a apropriação da renda obtida da exploração dos recursos naturais para financiar o Estado e essas políticas sociais (MOTA, 2012). Seguindo esse raciocínio, é possível compreender os gigantescos

investimentos (via Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e BNDES) em grandes obras públicas de infraestrutura e de extração de matéria-prima, como mineração.

Essa política, contudo, se de um lado diminuiu o índice de pobreza e dinamizou as formas de enfrentamento a ela, com políticas de inclusão e de transferência de renda, por outro, manteve intactos o abismo da desigualdade social e a degradação ambiental.

Foi nesse momento, já nesse engatinhar de um novo processo de readequação do capitalismo, que o Porto de Suape começou a sofrer um gigantesco processo de ampliação e modernização, contando com a implementação de uma política de atração de indústrias para estruturar um complexo industrial no entorno do porto.

A partir de 2005, muito em função dos incentivos do PAC, criado em 2007, inúmeras indústrias passaram a se instalar na área e, hoje, o Complexo conta com mais de cem instaladas nos 13.500 hectares, incluindo estaleiros, refinaria, petroquímicas, termoeletricas e indústrias de bens de consumo. Todos os impactos negativos ao meio ambiente e à vida das comunidades nativas da região foram legitimadas pela promessa de progresso e geração de emprego e renda.

As consequências desse modelo têm se mostrado bem contraditórias: ao passo que permite ao Estado saltos econômicos na sua balança comercial, acarreta sérios problemas socioambientais, como deslocamentos forçados e a devastação do meio ambiente.

Percebe-se que Suape, apesar das crises econômicas experimentadas pelo País, manteve-se sempre como um elemento estratégico na “corrida do progresso”, seja porque “casa-se” bem com o padrão exportador de *commodities* adotado/imposto ao Brasil, seja porque se apresenta como um polo atrativo para investimentos diversos.

#### 4 | LINHAS GERAIS SOBRE O CONFLITO

O território em questão é uma região localizada a quarenta quilômetros do Recife e abrange partes dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, no litoral sul de Pernambuco. Trata-se de uma área de três grandes estuários, caracterizando-se por, originalmente, ter sido toda coberta de mangue e entrecortada por rios que se conectavam entre si. Ao longo da costa, extensos cordões de recifes estabeleciam uma conectividade natural com os manguezais, o que fazia com que essa região fosse detentora de uma enorme biodiversidade e de uma abundante biomassa, gerando uma rica fonte de renda e de alimentação para uma vasta população local.

Nesse território, que possui 13.500 hectares, outrora funcionaram unidades de produção voltadas ao monocultivo da cana-de-açúcar, conhecidas como Engenhos. O cenário monocultural foi, no entanto, ao longo dos séculos, sendo disputado e substituído por sítios dos trabalhadores que foram se instalando na região e que

passaram a dar um novo sentido às terras, com a produção de alimentos. Nas matas, frutos de árvores nativas, como o caju, o ingá, a mangaba e o cajá, também são importantes fontes de renda e de alimentação dessa população.

Nesse sentido, a economia da região sempre foi bastante assentada na pesca artesanal e na agricultura de subsistência. Um levantamento feito no ano de 2009 apontou a existência de aproximadamente 25.000 pessoas, cerca de 6.800 famílias (SUAPE, 2016) distribuídas em 27 antigos engenhos e em ilhas estuarinas. São comunidades de pescadores e pescadoras artesanais e agricultores e agricultoras de subsistência, com fortes elementos de tradicionalidade, tendo uma delas recentemente se reconhecido enquanto quilombola. Tais comunidades, há gerações, ocupam a região e se utilizam de seus bens naturais de forma sustentável.

Foi nessa vasta área, equivalente a quase dois terços do tamanho da cidade do Recife, que se instalou o Complexo Industrial Portuário Governador Erado Gueiros – Suape. A implementação e a ampliação do Complexo ensejou o despejo em massa de boa parte das populações locais e o desmantelamento de seus modos de vida.

As famílias que ainda resistem no território, por sua vez, têm denunciado constantes abusos por parte de “seguranças” da empresa, chegando a ser ameaçadas e impedidas de plantar e de fazer pequenas reformas em suas casas. Comunidades pesqueiras também relatam que têm sido impedidas de ter acesso às áreas em que tradicionalmente pescavam, inclusive aos mangues, sofrendo constantes ameaças e intimidações feitas por essa vigilância armada. Esse tem sido o método utilizado pela empresa, segundo as famílias, para coagi-las a saírem da área aceitando indenizações ínfimas.

Além de oferecer as indenizações, Suape passou a adotar uma política de reassentamento aplicada às remoções mais recentes. A principal e mais ampla política de reassentamento consiste na realocação de famílias rurais – agricultoras e pescadoras artesanais, que têm seus modos de vida específicos – em unidades habitacionais de apenas 40m<sup>2</sup>, em área urbana, distante do mangue e do mar e desprovidas de áreas agricultáveis, inviabilizando por completo a continuidade dos seus modos de vida tradicionais.

É de se ressaltar que, quanto a essa questão, a empresa pública difunde um discurso segundo o qual essas famílias camponesas viveriam sob condições extremamente precárias de moradia, lançando-se então como redentora por tirá-lhes desse estágio “atrasado” e “rústico” e proporcionar-lhes condições “civilizadas” de habitação, condições essas que estariam materializadas no projeto habitacional acima mencionado.

Em documento expedido por Suape em 20 março de 2015, nos autos do Inquérito Civil Público n.º 2015/2140346, cujo objeto era apurar as denúncias de existência de uma milícia formada e financiada pela empresa pública, lê-se o seguinte:

[...] Percebe-se, desse modo, que o Complexo de SUAPE foi instalado num território que preservava muito das características rurais de um modelo com grandes



problemas de habitação. [...] Para promover as necessárias ações no setor de habitação, está em andamento o Projeto Habitacional de SUAPE, apontado no Plano Diretor e pautado no enfrentamento do déficit habitacional [...]. Trata-se de uma iniciativa arrojada, lançada após décadas de ocupação desordenada [...].

Os impactos ambientais, por sua vez, também são inúmeros e de proporções significativas. A realização de grandes obras, de forma imposta e sem efetiva participação das populações locais, gerou inúmeras situações de injustiça socioambiental. A implantação do porto e da infraestrutura para o complexo industrial em uma área de estuários de quatro grandes rios (Massangana, Tatuoca, Ipojuca e Merepe), por exemplo, acarretou a supressão de uma vasta extensão de vegetação nativa (de mangue, mata atlântica e restinga), além de obras de aterros, dragagens e represamentos. Com todas essas interferências no ecossistema local, os bens naturais disponíveis no ambiente tornaram-se cada vez mais escassos, impossibilitando a continuidade das práticas laborais tradicionalmente exercidas pelas comunidades.

As áreas de mangue, de restinga e de mata atlântica foram as mais afetadas pela construção do Complexo, somando mais de 900 hectares desmatados (TAVARES; COELHO JÚNIOR, 2013) autorizados pelo Poder Legislativo e Executivo de Pernambuco, por meio de leis estaduais.

Os impactos negativos ao ecossistema marinho e à atividade pesqueira foram reconhecidos pela Justiça Federal e confirmados recentemente pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em dezembro de 2018, no julgamento das Apelações interpostas no bojo da Ação Civil Pública nº 0005552-13.2011.4.05.8300, que condenou o Complexo de Suape à execução de uma série de medidas compensatórias e mitigadoras, dentre elas a recuperação do estoque pesqueiro.

A ausência de uma política de compensação ambiental adequada por parte da empresa pública, ademais, foi objeto da Ação Civil Pública nº 0010033-53.2010.4.05.8300, ajuizada pelo Ministério Público Federal e Estadual no ano de 2010. Somente após judicializada a questão foi que Suape passou a, efetivamente, implementar projetos de natureza compensatória.

No entanto, a política ambiental adotada pela empresa tem se mostrado como mais um fator de ameaça aos direitos das comunidades locais. Hoje, não só a instalação de indústrias vem sendo a causa de remoção de comunidades tradicionais: também o discurso da preservação ecológica, baseado em uma política ambiental excludente, vem sendo utilizado como pretexto para expulsar comunidades inteiras, que, pelo trato próprio e pela relação simbiótica que têm com o meio, é quem na verdade vêm proporcionando a preservação dos ecossistemas.

Segundo o novo plano de zoneamento da empresa, cerca de 60% da área do que hoje é Suape deve dar lugar às Zonas de Preservação Ecológica (ZPECs), de onde se buscará remover as comunidades para dar lugar aos projetos de reflorestamento, como modo de quitar o imenso passivo ambiental gerado pelas atividades no Complexo.

A escolha do local para a instalação do complexo recaiu, não por acaso, sobre

uma região tradicionalmente habitada por comunidades negras e com menor acesso à educação formal (populações politicamente minoritárias em direitos). A alocação espacial realizada pelos grandes empreendimentos poluentes não se dá de forma aleatória; ao contrário, os ônus ambientais são distribuídos de maneira desigual entre os diferentes povos em razão de processos sociais e políticos determinados, sendo majoritariamente direcionados para grupos étnicos discriminados (ALMEIDA, 2016). Evidencia-se a institucionalização de práticas discriminatórias por parte do Estado quando, por meio de decisões governamentais e estabelecimento de políticas públicas, são impostas as piores condições de vida a populações negras.

Essa discriminação institucional, contudo, é pouco aparente, porque assentada em pensamentos e discursos culturalmente enraizados e naturalizados pela nossa sociedade, dissimulando-se ainda mais em face das promessas de progresso e de desenvolvimento econômico, que supostamente proporcionariam melhorias nas condições de vida das populações locais. Numa ótica colonial amplamente difundida, essas comunidades camponesas seriam pobres e atrasadas, e por isso mesmo careceriam profundamente da modernização e do desenvolvimento que o Complexo Industrial e Portuário representava.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequeno apanhado da história política econômica do Brasil e a exposição das linhas gerais do conflito envolvendo o que pode ser considerado uma grande obra pública retrata como a “ideologia do progresso” foi assimilada pelo País. Löwy (2002, p. 205), analisando o pensamento de Walter Benjamin, afirma que ele atacava a “ideologia do progresso” em todos os seus aspectos, desde o determinismo científico, até a crença de que o caminho do progresso seria um caminho linear e contínuo para a “vitória”.

A ideologia do progresso pauta-se, pois, na ideia de que só há um caminho para o desenvolvimento, cujo alcance estaria fundamentado no crescimento econômico e cujo direcionamento é ditado pelos países considerados desenvolvidos. Alternativas a esse modelo trazidas pelos países considerados subdesenvolvidos são sistematicamente encobertas, eliminadas.

É nesse sentido que o estado de Pernambuco, ao se utilizar da ideia de “progresso” para legitimar a apropriação do território e as profundas transformações sobre ele, está encobrindo a realidade dos povos que habitavam a região e que viviam sob modos tradicionais distintos daqueles preceituados pelo discurso do progresso, que os classifica como resquícios de um estado de pré-modernidade. Por isso mesmo, foram e continuam a ser modos de vida constantemente ocultados e combatidos por um Estado reprodutor da ótica colonial.

Os processos de resistência que se desenham no território reivindicam não um espaço nesse desenvolvimento ou uma alternativa **de** desenvolvimento, mas sim uma

alternativa **ao** desenvolvimento, que dialogue com a realidade local e com os seus anseios.

Reproduzir a ideia moderna de desenvolvimento, baseado em dualismos e no discurso deslumbrado de que se trata de um movimento que inevitavelmente levará à “redenção” e à “evolução”, é manter-se não apenas preso ao léxico colonizante, mas manter-se na condição de Sísifo, empurrando a pedra da esperança na ladeira intransponível do capitalismo, que promete conduzir ao progresso, ao desenvolvimento, à liberdade, ou como se queiram chamar as promessas inexecutáveis colocadas para os países periféricos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Racismo Ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/qMBqx2> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

DUSSEL, Enrique. **1492 - O Encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

GUARDA, Adriana. **Crescimento e conflito no Porto de Suape** - Derrubada de casas é alvo de denúncia contra a diretoria do complexo. *Jornal do Comercio*, 05 mai. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/vwExbk> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LÖWY, Michael. **A filosofia da história de Walter Benjamin**. São Paulo. 2002. Disponível em: < <https://goo.gl/kA5x7k> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

MENDES, Diego Costa. **Para além do desenvolvimento econômico**: o Programa de Aceleração do Crescimento e a qualidade de vida de uma comunidade autóctone de Suape (PE). Dissertação de Mestrado em Administração. Recife: UFPE, 2015.

MELO, Jamildo. **MPT desiste de organizar demissões e calotes em Suape**. Blog do Jamildo, 03 jun. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/2dRQnj> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

MONTEIRO, Mariana Vidal Maia. **A Escravidão Rural Contemporânea e a Reforma Agrária no Brasil**. Goiânia: UFG, 2017. [obra ainda não publicada]

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *In: Revista de Sociologia Configurações*, n. 10, 2012, p. 29-41.

MOTTA, João Ricardo Santos Torres da. **Medidas Adotadas pelo Governo FHC para o Desenvolvimento Econômico. Consultoria Legislativa**. jul/2000. Câmara dos Deputados. Brasília, 2000.

PÉREZ, Mercedes Solá; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Desenvolvimento e conflitos territorial - primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape-PE, Brasil. *In: Revista de Geografia (UFPE)*, v. 29, n. 2, 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Suape recadastra ex-posseiros para terem acesso ao Minha Casa Minha Vida**. *Assessoria de Comunicação do Complexo Industrial Portuário de Suape*, 05 fev. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/sVXtVB> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. *In: Polis*, n. 41, 2015. Disponível em <<http://polis.revues.org/11027>>. Acesso em: 17 set. 2017.

ROUGEMONT, Laura; PERÉZ, Mercedes Solá. Tecendo Relações entre os Conflitos Socioambientais Territoriais Provocados por Megaprojetos: COMPERJ e Suape e suas implicações para pescadores e pescadoras artesanais. *In: Campo-Território: revista de geografia agrária*. v. 8, n. 16, 2013, p. 399-426.

SUAPE. Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros. **Novo Plano Diretor – SUAPE 2030**. Disponível em: <<https://goo.gl/2ZXBC6>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de exploração do Porto de Suape**. Disponível em: <<https://goo.gl/ZxuhNE>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TAVARES, Patrícia Ferreira; COELHO JÚNIOR, Clemente. **Uma abordagem sobre a perda de áreas de manguezal pelas leis autorizativas no estado de Pernambuco**. *In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, Salvador, 2013.

VEGA, Gerardo Cerdas; RODRIGUEZ, Maria Helena. As Prioridades do BNDS: financiamento para o desenvolvimento? *In: CARDOSO, Alessandra; BORGES, Caio de Souza; RODRIGUEZ, Maria Helena. (Org.). Política Socioambiental do BNDS: Presente e Futuro*. Brasília: INESC, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/zHcb2a>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA** Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-436-8

